

MUDANÇAS SAEM ESTE MÊS

Porto Central ajusta projeto para ter sinal verde do Ibama

Representantes do Porto de Roterdã e do Estado e gestores reuniram-se em Presidente Kennedy

/// NATÁLIA DEVENS
/// BEATRIZ CALIMAN

A diretoria do Porto Central, que será construído em Presidente Kennedy, Sul do Estado, garantiu que dará ainda neste mês os esclarecimentos técnicos ao Ibama com relação ao processo de emissão da licença ambiental prévia.

Uma reunião, ontem, apresentou o andamento do projeto a representantes do governo do Estado, e a executivos da TPK Logística (Terminal Presidente Kennedy), responsável pelo empreendimento, e do Porto de Roterdã da Holanda, o gestor e operador da planta.

O diretor de implantação da TPK, José Maria



BEATRIZ CALIMAN

Novaes, Ronald Paul (os dois primeiros à esquerda) e a prefeita Amanda Quinta

Novaes, diz que o parecer apresentado pelo órgão ambiental sobre questionamentos em relação aos estudos não detecta falhas

graves ou grandes dificuldades que precisam ser sanadas para obter a licença. Segundo ele, será necessário fazer apenas ade-

quações de estudos e modelagens.

“Tivemos uma reunião com o Ibama na semana passada para eliminar al-

guns dúvidas com relação ao parecer, e então estamos refazendo, corrigindo e complementando aquilo que é necessário para atender aos requisitos do Ibama. A gente espera, até o final de agosto, protocolar a nossa resposta com o Ibama”.

A empresa ainda precisa obter a licença de instalação para iniciar a construção. Novaes acrescentou que as exigências não estão travando o andamento do projeto e não implicarão em um atraso.

O secretário estadual de Desenvolvimento, Nery De Rossi, também está otimista. “Segundo os empresários, os questionamentos do Ibama em Brasília são normais. O processo entregue tinha mais de 6 mil páginas, e todos os questionamentos devem ser respondidos ao Ibama

até 15 de agosto. A análise do Ibama deverá resultar na emissão da licença prévia, e os empreendedores acreditam que até o início do ano que vem já estejam de posse da licença de instalação para início das obras ainda no primeiro semestre de 2015”.

Se tudo ocorrer conforme o estimado, as operações comerciais deslançarão em 2017.

Participaram do encontro, ontem, o vice-presidente do Porto de Roterdã, Ronald Paul, e a prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta.

ITAOCA

O Estado informou que o Iema emitiu a licença de instalação do Itaoça OffShore, em Itapemirim, cuja obra deve começar ainda este ano. A operação é esperada para 2016.

Busca por investidores é próximo desafio

/// Com as expectativas mantidas para o início das instalações do Porto de Roterdã, em Presidente Kennedy, no Litoral Sul do Estado, para 2015, os empreendedores focam agora na atração de potenciais investidores.

De acordo com o diretor-presidente do Porto Central, José Maria Novaes, ainda não há nenhuma

empresa oficialmente confirmada para se instalar em Presidente Kennedy. No entanto, os diálogos continuam, principalmente entre os segmentos de óleo e gás, além das empresas de movimentação de contêineres.

“O momento é de focar nas licenças. Essas conversas com potenciais clientes são para que conheçam

e tomem ciência do projeto futuramente tomem a decisão de vir a investir Porto Central”.

A licença do porto foi questionada em 40 pontos, dos quais o Ibama denominou como superficiais. Além de conhecer a área que receberá o empreendimento de R\$ 5 bilhões, em Praia das Neves, o vice-presidente do Porto

de Roterdã, Ronald Paul, e o diretor de engenharia do empreendimento, Edwin van Espen, sobrevoaram a cidade e almoçaram com empresários locais.

A primeira visita do vice-presidente ao Estado o agradou. “Estou muito feliz de estar aqui visitando o local. Acredito que o problema do Ibama será facilmente contornado”, disse

Ronald Paul, que após conversa com a imprensa, almoçou com a prefeita de Presidente Kennedy, Amanda Quinta.

A comitiva seguiu de helicóptero para reunião com o governador do Estado, Renato Casagrande, no Palácio Anchieta, em Vitória. “A visita ao governador será apenas um aperto de mãos para mostrar que estamos por perto e também quero expressar minha felicidade em de-

envolver este projeto no Estado”, comentou o vice-presidente.

Segundo a prefeita Amanda Quinta, as obras de infraestrutura e qualificação de mão de obra para suprir a demanda do porto estão garantidas. “Escolas, hospitais e creches estão no projeto. Além disso, 1,2 mil vagas estão previstas em 44 tipos de curso. Já finalizamos 22 cursos para qualificar a população local”, comentou.

15 mil lotes serão desapropriados

/// Uma área com 15 mil lotes em Presidente Kennedy vai começar a ser desapropriada para a construção do Porto Central. Esses terrenos ficam na região central do futuro porto, que terá 20 milhões de metros quadrados.

Lá foram criados quatro grandes loteamentos na década de 1980, que nunca foram ocupados.

O Porto Central é previsto como o maior porto privado do país. De acordo com o secretário estadual de Desenvolvimento, Ne-



DIVULGAÇÃO

Projeto original do superporto, orçado em R\$ 5 bi

ry De Rossi, há 750 proprietários. Ele explica que o valor que será gasto com as desapropriações ainda é discutido, mas o Estado já fez a avaliação e hoje da-

rá entrada junto à Justiça no município para formalizar o processo.

“O fato de nós estarmos procedendo dessa forma é para que se identifique

claramente quem são os proprietários”, declarou.

De Rossi enfatizou que as desapropriações, juntamente com o licenciamento ambiental, são os principais entraves para o início das obras, que continuam previstas para o primeiro semestre de 2015.

Assim que o Estado estiver de posse dos terrenos, a administração pública vai se associar ao empreendimento com a emissão de debêntures, que é um título de dívida que torna o Estado um dos credores do porto.



DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Gustavo Assis Guerra, CPF n.º 760.808.707-20, DECLARA sua intenção de exercer cargo de administração no Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo, CNPJ n.º 28.127.603/0001-78, e que preenche as condições estabelecidas no art. 2º do Regulamento Anexo II à Resolução n.º 4.122, de 2 de agosto de 2012.

ESCLARECE que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf
Gerência Técnica no Rio de Janeiro - GTRJA
Av. Presidente Vargas, 730, 19º andar, Centro
20071-900 – RIO DE JANEIRO - RJ